



Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Revisão do PO PNPG
- Programa de Execução -



Ministério do Ambiente, Ordenamento
do Território e Desenvolvimento Regional



Instituto da Conservação
da Natureza e da Biodiversidade



Parque Nacional
da Peneda-Gerês

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. QUADRO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A Revisão do Plano especial de ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, assenta numa visão estratégica, que é assim sistematizada no Relatório Síntese da 2ª Fase – Diagnóstico, Julho de 2008; “*Um Parque Nacional para o Século XXI - A nossa visão para o Parque Nacional da Peneda-Gerês, para os próximos 25 anos*”, tem três componentes fundamentais:

- *Uma zona núcleo de valores naturais excepcionais que estejam devidamente protegidos e em que se privilegia a restauração de processos ecológicos e habitats com um mínimo de intervenção humana*
- *Uma zona tampão com utilizações múltiplas da floresta nativa, incluindo produção de madeira, lenha e forragem, zonas agrícolas que privilegiem a pastorícia e a agricultura sustentável, e com um nível de vida acima da média nacional para os seus habitantes.*
- *Um Parque aberto aos visitantes e com condições de acolhimento dos visitantes.*

Esta visão estratégica corporiza-se em objectivos gerais e específicos, que por sua vez se materializam em propostas nos diferentes elementos do projecto de revisão, isto é na proposta de **zonamento, regulamento e programa de execução** e nos outros elementos que acompanham o Plano. Nesse zonamento foram criadas Áreas de Intervenção Específica no sentido de focar esforços em algumas áreas prioritárias para a prossecução dos objectivos do plano de ordenamento.

O programa de execução está assim organizado pelos objectivos gerais do plano de ordenamento, decompostos por cada um dos objectivos específicos. A cada objectivo específico estão associados medidas concretas. Para cada medida é indicado uma estimativa de custo, o prazo temporal de execução, e as entidades envolvidas. As medidas a curto prazo deverão ser executadas até o final do primeiro triénio, as de médio prazo até ao final do segundo triénio, e as de longo prazo até ao final do terceiro triénio.

2. QUADRO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO

Objectivo Específico	Medida	Estimativa de custo	Parceiros	Prioridade
Objectivo Geral 1: Preservar e restaurar os processos ecológicos, a biodiversidade e a geodiversidade, nomeadamente através da promoção da expansão da vegetação nativa clímax, para assegurar o bom funcionamento dos serviços dos ecossistemas				
1.1 Promover a preservação e restauração dos habitats de vegetação arbórea, com relevo para os carvalhais, incluindo sobreirais, azerais e medronhais, os bosques mesotróficos e louricais, os bosques de teixo, os bosques ripícolas, os pinhais de pinheiro-silvestre reliquiais, os matos montanos, incluindo zimbrais e matos colinos, os complexos higroturfosos, nomeadamente e turfeiras e urzais higrófilos, e a vegetação rupícola, ripícola e aquática não arbórea, em consonância com o previsto na Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (directiva habitats);	1.1.1 Elaboração e implementação dos POG das AIE dos Complexos higro-turfosos do Planalto de Castro Laboreiro e dos Complexos higro-turfosos do Planalto da Mourela.	400 000 €	ICNB, Autarquias, ADERE-PG	Curto prazo
	1.1.2 Elaboração e implementação do POG das AIE da Mata do Mezio e Ramiscal e da Mata Nacional do Gerês;	600 000 €	ICNB, Autarquias	Curto prazo
	1.1.3 Elaboração e implementação do POG das AIE das Manchas de espécies invasoras lenhosas.	300 000 €	ICNB, AFN	Curto prazo
	1.1.4 Elaboração e implementação de um plano de expansão dos habitats de vegetação arbórea autóctone	500 000€	ICNB	Longo prazo
1.2 Promover a preservação e restauração dos valores faunísticos, com relevo para a fauna de montanha e dos carvalhais, as espécies ameaçadas, as espécies de distribuição reduzida ou localizada no contexto nacional e a fauna associada aos ecossistemas ribeirinhos, em consonância com o previsto nas Directivas nº 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (directiva aves) e nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (directiva habitats);	1.2.1 Implementação do projecto de reforço populacional da Águia-real	100 000€	ICNB, Parque Biológico de Santo Inácio	Curto prazo
	1.2.2 Estudo do estado de espécies de vertebrado aquáticos e outras espécies prioritárias e desenvolvimento de projecto de restauração ecológica.	500 000€	ICNB, ARH, EDP	Médio prazo

1.3 Promover a preservação dos valores geológicos e geomorfológicos, nomeadamente vales e circos glaciares, moreias e domos graníticos;	1.3.1 Aprofundar o inventário dos Locais de Interesse Geológico e Geomorfológico e desenvolver e implementar um plano de gestão.	200 000€	ICNB, Autarquias, Universidades	Longo prazo
1.4 Promover a investigação científica e o conhecimento sobre os ecossistemas presentes e a diacronia da paisagem cultural, bem como a monitorização dos seus habitats naturais e espécies.	1.4.1 Elaborar e implementar um plano de monitorização da biodiversidade	150 000€	ICNB, Universidades	Curto Prazo
Objectivo Geral 2: Conservar o património cultural material e imaterial com vista a conservar a identidade e a memória colectiva;				
2.1 Promover a conservação e recuperação dos bens culturais existentes, nomeadamente do património paisagístico, arquitectónico, arqueológico, histórico, e etnológico, de modo a facilitar a sua fruição ou utilização pelos respectivos proprietários, pela comunidade e pelos visitantes;	2.1.1 Elaboração e implementação dos POG para as AIE das Necrópoles megalíticas de Castro Laboreiro, Lamas do Vez, Britelo e Mourela	300 000€	ICNB, Autarquias, IGESPAR	Curto Prazo
	2.1.2 Elaboração e implementação do POG para a AIE do Castelo medieval de Castro Laboreiro	200 000€	Autarquia, ICNB, IGESPAR	Médio prazo
	2.1.3 Elaboração e implementação do POG para a AIE do Mosteiro de Santa Maria das Júnias	200 000€	ICNB, Autarquia, IGESPAR	Médio prazo
	2.1.4 Elaboração e implementação do POG para a AIE dos Fojos de Lobo	400 000€	Baldios, ICNB	Curto prazo
	2.1.5 Desenvolver e implementar um plano de gestão do património cultural	500 000€	Autarquias, ICNB, IGESPAR	Longo prazo
2.2. Promover a recuperação e utilização, nomeadamente para primeira ou segunda habitação e para turismo, do património construído dos aglomerados urbanos, bem como disciplinar a proliferação de construções dispersas fora desses aglomerados;	2.2.1 Desenvolver um programa de recuperação e dinamização dos núcleos dos aglomerados populacionais, com ênfase nas zonas de protecção complementar II	5 000 000€	Autarquias, ICNB	Longo prazo
Objectivo Geral 3: Assegurar a protecção dos valores paisagísticos e cénicos para fins culturais, espirituais, científicos,				

educativos e recreativos;				
3.1 Proteger os serviços culturais dos ecossistemas, em particular o valor das paisagens naturais e culturais do PNPG, respeitando a evolução dos modos de vida das populações e a integração dos aglomerados populacionais com a sua envolvente;	3.1.1 Elaboração e implementação de um plano de acção para as paisagens culturais do PNPG	500 000€	ICNB, Autarquias, Baldios, DRAP-N, IGESPAR	Longo Prazo
	3.1.2 Elaboração e implementação do POG das AIE de Áreas degradadas por extracção de inertes.	1 000 000€	ICNB, Autarquias, Baldios, DRE	Curto prazo
	3.1.3 Implementar um programa de demolições de construções abandonadas ou ilegais	500 000€	ICNB, Autarquias	Longo prazo
3.2. Consolidar o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés;	3.2.1. Desenvolvimento de projectos de gestão conjunta nomeadamente na área do ordenamento e SIG e publicar o guia do habitante	200 000€	ICNB	Curto prazo
Objectivo Geral 4: Promover a compatibilização da protecção dos recursos e valores naturais com as actividades humanas, visando o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo para a fixação das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida;				
4.1. Melhorar os serviços de suporte à biodiversidade e de regulação dos ecossistemas florestais, com particular ênfase na resistência ao fogo, na retenção de carbono e na conservação e formação de solo, nomeadamente pela protecção e expansão da floresta nativa e pela conversão de povoamentos monoculturais de resinosas em bosques de folhosas autóctones;	4.1.1 Implementar as medidas da componente silvo-ambiental da ITI	1 500 000€	DRAP-N, ICNB, Baldios, Associações de Produtores, AFN	Curto Prazo
	4.1.2 Criação de um Centro de Negócios e Serviços do Ambiente	1 000 000€	Autarquias, ICNB	Longo prazo
4.2 Melhorar os serviços de produção dos ecossistemas florestais, nomeadamente da madeira, da forragem, dos cogumelos, do mel e dos frutos silvestres;	4.2.1 Desenvolver PGF dos baldios e a certificação florestal	500 000€	Baldios, ICNB, AFN	Médio Prazo
4.3 Promover o desenvolvimento de práticas e culturas agrícolas compatíveis com a protecção	4.3.1 Implementar as medidas da componente agro-ambiental da ITI para os proprietários	1 000 000€	DRAP-N, ICNB, Associações de	Curto Prazo

dos recursos naturais e a valorização da paisagem humanizada, nomeadamente pela produção biológica e o cultivo de espécies aromáticas e medicinais da flora selvagem e cultivares regionais;	individuais		Produtores	
	4.3.2 Continuar a desenvolver o programa de produção biológica e o cultivo de espécies aromáticas e medicinais da flora selvagem e cultivares regionais;	300 000€	DRAP-N, Associações de Produtores, ICNB	Médio Prazo
4.4 Promover a pecuária extensiva, na medida em que não constitua factor de degradação ecológica e da paisagem, fomentando a utilização de raças autóctones;	4.4.1 Implementar as medidas da componente agro-ambiental da ITI para os baldios	2 000 000€	DRAP-N, ICNB, Baldios	Curto Prazo
	4.4.2 Desenvolver um programa de promoção das raças autóctones	200 000€	DRAP-N, Associações de Produtores	Médio prazo
Objectivo Geral 5: Ordenar e promover um regime de visitação sustentável com vista � sensibilização e mobilização da sociedade para a conservação do patrim�nio natural e cultural presente;				
5.1 Promover a educação ambiental, a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais, contribuindo assim para o reconhecimento do valor do PNPG e sensibilizando para a necessidade da sua protecção;	5.1.1 Elabora�o e implementa�o dos seis POG – AIE VC: 1. Porta de Lamas de Mouro; 2. Porta do Mezio; 3. Porta do Lindoso; 4. Porta de Campo do Ger�s 5. Porta de Paradela 6. Centro de Educa�o Ambiental do Vidoeiro	600 000€	ICNB, ADERE-PG, Autarquias	Curto Prazo
	5.1.2 Cria�o de um Centro de Anima�o de Montanha	1 000 000€	Autarquias, ICNB	Curto prazo
5.2 Promover e ordenar as diferentes actividades de visita�o e frui�o do PNPG, nomeadamente o pedestrianismo, a observa�o da natureza e outras	5.2.1 Manter e beneficiar a rede de trilhos	200 000 €	ICNB, Baldios	Curto prazo
	5.2.2 Editar a Carta de Desporto de Natureza	50 000€	ICNB	Curto prazo
	5.2.3 Valoriza�o das infra-estruturas de turismo de natureza- casas-abrigo, parques de campismo, centros de acolhimento � visita�o.	1 600 000€	ICNB, Autarquias	Curto prazo

Acrónimos

POG – Programa Operacional de Gestão (art.º 21 da proposta de Regulamento)

AIE CNB – Área de Intervenção Específica para a Conservação da natureza e da Bio geodiversidade

AIE PC - Área de Intervenção Específica para a Valorização do Património Cultural

As áreas de intervenção específica são objecto de pormenorização quanto aos objectivos subjacentes à sua delimitação, às acções prioritárias a empreender e ao cronograma de intervenção, de entre outros aspectos, em programa operacional de gestão.

AIE VC - Área de Intervenção Específica para a Visitação e Comunicação